

FERNANDA SÃO JOSÉ

Advogada. Professora. Pesquisadora

**O HOMESCHOOLING SOB A ÓTICA
DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**



Belo Horizonte
2014



Copyright © 2014 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

EDITORA DEL REY LTDA
www.livrariadelrey.com.br

Editor: Analdia Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza

Editora Assistente: Waneska Diniz

Coordenação Editorial: Wendell Campos Borges

Diagramação: Lucila Pongracio Azevedo

Revisão: RESPONSABILIDADE DA AUTORA

Capa: CYB Comunicação

Editora / MG

Rua dos Gatacazes, 71 - Sala 709-C - Centro
Belo Horizonte - MG - CEP 30190-050
Tel. (31) 3284-5845
editoria@delreyonline.com.br

Conselho Editorial:

Alice de Souza Birchal
Antônio Augusto Cançado Trindade
Antonio Augusto Junho Anastasia
Antônio Pereira Gaio Junior
Aroldo Plinio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Celso de Magalhães Pinto
Dalmar Pimenta
Edelberto Augusto Gomes Lima
Edesio Fernandes
Felipe Martins Pinto
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guerrero
José Adercio Leite Sampaio
Jose Edgard Penna Amorim Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Misabel Abreu Machado Derzi
Plinio Salgado
Renan Kfuri Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira
Sérgio Lellis Santiago

S675h São José, Fernanda Moraes de
O homeschooling sob a ótica do melhor interesse da criança e do adolescente. /
Fernanda Moraes de São José. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.
256 p.
ISBN: 978-85-384-0382-1
1. Educação da criança, Brasil. 2. Educação não-formal, Brasil. 3. Ensino obrigatório, Brasil. 4. Objeção de consciência, Brasil. 5. Direito à educação, Brasil. 6. Educação e Estado, Brasil. I. Título.
CDU: 37.018.1(81)

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	xv
APRESENTAÇÃO.....	xvii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 A FAMÍLIA E SUA EVOLUÇÃO: DO PÁTRIO PODER À AUTORIDADE PARENTAL.....	9
2.1 A família romana e a <i>pátria potestas</i>	10
2.2 A vigência das ordenações filipinas no direito pré-codificado e o <i>pátrio poder</i>	20
2.3 O movimento codicista	24
2.3.1 O esboço de Teixeira de Freitas	25
2.3.2 O Código Civil de 1916 e o <i>pátrio poder</i>	30
2.4 A família atual e sua função.....	39
3 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: DA INDIFERENÇA AO RECONHECIMENTO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	49
3.1 A criança e o adolescente como seres insuscetíveis de significância.....	52
3.2 A criança e o adolescente como “objeto” de tutela do estado	58
3.3 A criança e o adolescente como indivíduos em fase de desenvolvimento, detentores de direitos e garantias fundamentais.....	68
3.3.1 Princípios orientadores dos direitos da criança e do adolescente	75
3.4 A relação hierárquico-normativa e o caráter supralegal das normas adotadas pelo Brasil.....	97
3.5 A teoria em contraposição à prática.....	100

4	DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO	109
4.1	A educação domiciliar e o instituto normativo brasileiro	112
4.2	Educação formal x educação informal	125
4.2.1	Do Regime Home, School, Community Liaison Scheme (HSCL) adotado na Irlanda	131
4.3	Sem escola, sem socialização (?)	135
4.4	<i>Homeschooling</i> : estimativas e motivos	147
4.5	O sistema adotado por alguns estados norte-americanos para avaliar o desempenho intelectual dos educandos submetidos ao ensino domiciliar	151
4.6	Do projeto de Emenda Constitucional nº 444/2009 e do projeto de Lei 3.179/2012	165
4.6.1	Da responsabilidade civil e do crime de abandono intelectual	168
4.7	A crise de legitimação apontada por Habermas e a regulamentação da educação domiciliar no Brasil como crível alternativa de ensino	177
5	UMA RELEITURA DO INSTITUTO DA CAPACIDADE JURÍDICA SOB O PRISMA DA AUTONOMIA PRIVADA DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE	185
5.1	Breve esboço histórico sobre a aplicação do critério etário no ordenamento jurídico brasileiro	186
5.2	Personalidade jurídica	191
5.3	Capacidade jurídica	193
5.3.1	Capacidade de direito ou de gozo	195
5.3.2	Capacidade de fato ou de exercício	198
5.4	Breve análise sobre a aquisição da maturidade e discernimento	199
5.5	Capacidade jurídica x autonomia privada da criança ou adolescente	204
6	CONCLUSÃO	213
	REFERÊNCIAS	217